

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 842.605 - SP (2016/0007410-1)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO : LUCHINI AUTO POSTO LTDA
ADVOGADO : RENATO NADIR LUCENA - SP023051
INTERES. : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de agravo fundado no CPC/73, interposto pela **Fazenda Nacional**, desafiando decisão denegatória de admissibilidade a recurso especial, este interposto com base no art. 105, III, *a e c*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado (fl. 68):

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ARTIGO 557, § 1º, DO CPC. EXECUÇÃO FISCAL. CONDENAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. OMISSÃO DO ACÓRDÃO QUANTO AO PERCENTUAL. APLICAÇÃO DO PERCENTUAL FIXADO NA SENTENÇA REFORMADA.

- 1. A própria exequente confessou que a execução foi ajuizada indevidamente. Assim, agindo de maneira temerária, deve a Fazenda Pública pagar honorários de advogado contratado para a defesa técnica do executado.*
- 2. O provimento integral da apelação implica a inversão, ipso facto, dos ônus da sucumbência, ainda que o acórdão seja omissos a esse respeito.*
- 3. Incumbe à Fazenda Pública efetuar o pagamento dos honorários advocatícios, nos moldes do que havia sido estipulado na sentença de fls. 20/21 (autos em apenso), já que o v. acórdão não alterou a porcentagem nem a base de cálculo antes fixadas.*
- 4. Agravo a que se nega provimento.*

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 77/83).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação aos arts. 467, 468, 471, 473 e 475-G, e 535, II, do CPC. Sustenta que: (I) a despeito dos embargos de declaração, o Tribunal de origem remanesceu omissos acerca da aplicação dos arts. 467 e 468 do CPC/73, no que concerne à ocorrência de coisa julgada quanto à ausência de fixação de honorários advocatícios; (II) "em que pese o teor do v. acórdão

recorrido, não se pode negar que, tecnicamente, não há título executivo, devido à total ausência de menção quanto à inversão da sucumbência ou condenação em verba honorária, bem como em relação à sua base de cálculo e alíquota" (fl. 109).

Contrarrazões e contraminuta não apresentadas.

É O RELATÓRIO.

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n.2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 - devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

Cumprе destacar que não se configura a alegada ofensa ao art. 535 do CPC/73, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, no que concerne à não ocorrência de ofensa à coisa julgada quanto à condenação da União ao pagamento de honorários advocatícios, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

No mérito, vale ressaltar que a Corte regional, ao tratar da questão referente à execução dos honorários advocatícios fixados na ação ordinária, registrou o seguinte (fls. 66/67 - grifos acrescidos):

Reitero os argumentos expendidos por ocasião da prolação da decisão monocrática (fls. 33/35), cujos principais trechos, por oportuno, passo a destacar:

"A questão central gira em torno do cabimento da condenação da Fazenda Pública ao pagamento de honorários advocatícios na hipótese de cancelamento da dívida, tendo a executada constituído advogado para resguardar seu direito.

O Superior Tribunal de Justiça entende que o oferecimento de defesa pela parte executada é situação assemelhada ao acolhimento dos embargos.

In casu, a própria exequente confessou que a execução foi

ajuizada indevidamente. Assim, agindo de maneira temerária, deve a Fazenda Pública pagar honorários de advogado contratado para a defesa técnica do executado. A jurisprudência do STJ tem firmado o entendimento de que é cabível a condenação da Fazenda Pública em honorários advocatícios caso venha a desistir da execução fiscal. É inclusive irrelevante que não se tenha oferecido embargos à execução. (...)"

O acórdão de fls. 45/50 (autos em apenso) desconstituiu o título executivo da Fazenda Pública, tendo invertido, implicitamente, os ônus da sucumbência. Portanto, incumbe à Fazenda Pública efetuar o pagamento dos honorários advocatícios, nos moldes do que havia sido fixado na r. sentença de fls. 20/21 (autos em apenso), já que o v. acórdão não alterou a porcentagem nem a base de cálculo antes fixadas.

Conforme ressaltou o r. juízo a quo (fl. 27), o provimento integral da apelação implica na inversão, ipso facto, dos ônus da sucumbência, ainda que o acórdão seja omissivo a esse respeito. Com tais considerações, NEGO PROVIMENTO ao agravo.

Com efeito, o Superior Tribunal de Justiça adota entendimento de que, uma vez fixados os honorários advocatícios pelo juízo singular e havendo o provimento integral de recurso, a inversão dos ônus sucumbenciais é implícita e automática, não se configurando a alegada ofensa à coisa julgada apta a obstaculizar a execução dos honorários advocatícios.

Nessa senda:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. PROVIMENTO INTEGRAL DO RECURSO DE APELAÇÃO. INVERSÃO IMPLÍCITA E AUTOMÁTICA. VERBA SUCUMBENCIAL JÁ ARBITRADA PELO JUÍZO SINGULAR. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 453 DO STJ. RECURSO ESPECIAL DA ADMINISTRAÇÃO DE ESTÁDIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS-ADEMG A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A jurisprudência deste STJ admite o abrandamento das exigências regimentais formais quanto à demonstração do dissídio, nos casos em que se cuida de divergência notória e, são apontados, como paradigmas, arestos deste STJ, com a realização do devido confronto analítico (AgRg no REsp 1.159.837, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 16.4.2010 e REsp. 977.477/SP, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJU 27.11.2007).

2. A orientação firmada na Súmula 453 do STJ, segundo a qual não se admite a cobrança, em execução ou ação própria, de honorários sucumbenciais que tenham sido omitidos, diz respeito às circunstâncias em que essa verba não tenha sido arbitrada, não se aplicando ao caso dos autos.

3. No presente caso, houve a efetiva fixação da verba honorária de sucumbência, em montante certo, pelo primeiro grau de jurisdição e, por ocasião do provimento integral do Recurso de Apelação, revertendo o resultado da lide, é de se entender ter havido, ainda que silente o acórdão, a automática inversão da distribuição dos ônus sucumbenciais.

4. Recurso Especial da ADEMG a que se nega provimento.

(REsp 1272464/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 06/02/2017)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ACÓRDÃO EXEQUENDO. REFORMA TOTAL DA DECISÃO APELADA. ÔNUS SUCUMBENCIAIS. INVERSÃO AUTOMÁTICA.

1. A Corte Especial do STJ, no julgamento do REsp 886.178/RS, examinado na forma do art. 543-C do CPC/1973, estabeleceu que "o trânsito em julgado de decisão omissa em relação à fixação dos honorários sucumbenciais impede o ajuizamento de ação própria objetivando à fixação de honorários advocatícios, sob pena de afronta aos princípios da preclusão e da coisa julgada".

2. O precedente vedou a possibilidade do ajuizamento de nova ação para fixação dos ônus sucumbenciais. Naquela hipótese, a Fazenda Nacional não havia sido condenada em honorários advocatícios na primeira instância, a pretexto da ocorrência de sucumbência recíproca, tampouco na segunda, quando houve provimento da apelação do adversário.

3. No caso destes autos, houve condenação do ente público pelo juiz singular e, no julgamento do apelo estatal, o Tribunal impôs a total inversão do resultado da ação, nada dispondo a respeito dos ônus sucumbenciais.

4. "O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento pacífico no sentido de que o acórdão que dá provimento ao recurso de apelação, reformando integralmente a sentença, inverte, automaticamente, os ônus da sucumbência. Irrelevante, portanto, eventual omissão no acórdão exequendo" (REsp 896.627/SP, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, DJ 7/2/2008). Precedentes.

5. Recurso especial a que se nega provimento.

(REsp 1434294/SE, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/03/2018, DJe 19/03/2018)

Assim, estando a decisão de origem em sintonia com a jurisprudência firme do STJ, não merece prosperar o recurso especial.

Pelos mesmos motivos, segue obstado o recurso especial pela alínea c do permissivo constitucional, sendo certo que não foram atendidas as exigências dos arts. 541, parágrafo único, do CPC/73 e 255, § 1º, do RISTJ.

Ante o exposto, **nego provimento** ao agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

